



Mais de 30 Anos
CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A CIDADANIA
E INCLUSÃO SOCIAL EM ANGOLA

Conferência Regional sobre Autarquias Locais como Polos de Desenvolvimento em Angola

COMUNICADO FINAL

Realizou-se no dia 05 de Setembro de 2023, na sala da Mediateca Dr. António Didalelwa, localizada na cidade de Ondjiva, província do Cunene, uma conferência sobre *Autarquias Locais como polos de Desenvolvimento em Angola* com o objectivo de reflectir sobre o processo de institucionalização de autarquias locais no país.

A Conferência insere-se no âmbito do Programa de Cidadania, Advocacia Social e Influência de Políticas Públicas e contou com o apoio financeiro da União Europeia e das Organizações Eclesiásticas Bread for World e Norwegian Church Aid.

As palavras de boas-vindas foram proferidas pela sra. Alice Peso, Directora da ADRA Antena Cunene, seguido da intervenção do sr. Carlos Cambuta, Directora Geral da ADRA.

A presente conferência contou com a participação dos representantes do Governo Provincial do Cunene, da Procuradoria-Geral da República, do Círculo Provincial dos Deputados do Cunene, dos Partidos Políticos do MPLA e UNITA, das instituições religiosas, das organizações da Sociedade Civil, dos Acadêmicos e dos órgãos de comunicação social, num total de 80 participantes, dos quais 30 mulheres.

O evento foi marcado por dois principais temas:

O primeiro tema designou-se *Autarquias Locais como Polos de Desenvolvimento da Região Sul de Angola* e foi moderado pela Alice Peso, Directora da ADRA - Antena Cunene e facilitado pelo Professor Doutor Nelson Pestana, Investigador e Coordenador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola e pelo Carlos Cambuta, Director Geral da ADRA.

O segundo tema deu primazia as *Lições do intercâmbio sobre Autarquias Locais em Moçambique*. Este último, foi moderado igualmente pela Alice Peso, Directora da ADRA Antena Cunene e facilitado pelo Dr. Frederico Muafeca, 3º Vogal do Conselho Directivo da ADRA.

Das apresentações e das discussões feitas, resultaram as seguintes principais conclusões e recomendações:

Conclusões

- Autarquias locais não são uma solução milagrosa do país, mas são de facto um instrumento impulsionador de integração, participação dos cidadãos e desenvolvimento local;
- Autarquias locais conformam um modelo de poder democrático que é caracterizado pelo princípio da descentralização político-administrativa;
- A conjugação de participação política, crescimento económico e bem-estar das populações são condições determinantes do Desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental a participação dos cidadãos na produção das riquezas, facilitando assim o processo de distribuição equitativa dos recursos;
- Autarquias locais não são uma competição de poder partidárias. É uma manifestação de soberania nos municípios onde devem ser implementadas;
- Nas Autarquias locais, Assembleia Municipal é o órgão mais importante do município, caracterizado pelo pluralismo político, cívico e social;
- Autarquias Locais são o garante de proximidade dos dirigentes com os munícipes, reagrupamento dos cidadãos em função dos interesses locais, pois cria sentimento de pertença à comunidade;
- Autarquias locais representam uma Mudança qualitativa na política Nacional, porque permite a passagem de um governo local autoritário e fortemente centralizado para um governo local democrático, descentralizado e escrutinado
- As autarquias locais são um reforço da implementação da democracia representativa e participativa, com consequências positivas no todo nacional;
- Na visão dos participantes, adiar a institucionalização das autarquias locais pressupõe atrasar o desenvolvimento de Angola, pois o modelo de governação centrado demonstra que não tem facilitado o sucesso na implementação de políticas públicas;
- A experiência de Moçambique sobre a implantação e funcionamento de autarquias locais demonstra muitos aspectos que Angola deverá evitar no sentido de impulsionar o desenvolvimento dos municípios. Por exemplo, assegurar a alocação de recursos financeiros da estrutura central para as autarquias locais em quantidade e em tempo útil, independentemente do partido que tenha vencido as eleições autárquicas.

Recomendações

- Que a ADRA e demais organizações da sociedade civil promovam espaços de reflexão sobre autarquias locais e outros temas de interesse local, e que sejam convidados mais experts locais e de outros quadrantes para animarem as reflexões;
- Que sejam estudadas e socializadas experiências de outros países sobre a implementação e funcionamento das autarquias locais, como, por exemplo, do país vizinho país da Namíbia;
- Que as organizações da sociedade civil e outros actores sociais apelem Assembleia Nacional à aprovação da lei sobre a institucionalização de autarquias

locais em Angola e que façam o mesmo apelo ao Executivo para convocar as eleições autárquicas durante o segundo mandato do Presidente João Lourenço;

- Que nos próximos debates sobre autarquias locais se centre na questão da convivência entre os três entes do poder local, nomeadamente, instituições do poder tradicional, autarquias locais e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos;
- Que a discussão sobre o modelo de implementação das autarquias locais não adie a sua institucionalização em Angola. Neste sentido, apela-se à construção de uma agenda nacional entre os partidos políticos, académicos, sociedade civil e outros autores interessados na matéria;
- Da experiência de Moçambique, Angola deverá evitar morosidades na transferência de recursos financeiros da Estrutura Central para as autarquias locais, pois isso tem condicionado a execução de políticas públicas de incidência locais.

Os participantes